



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares

GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

O PROCESSO DA MEDICALIZAÇÃO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

THE MEDICALIZATION PROCESS IN CHILDHOOD AND ADOLESCENCE AND EDUCATION WORKERS: AN INTEGRATIVE REVIEW

Judith Rolim Hainzenreder¹

Paola Rodegheri Galeli²

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a percepção de trabalhadores da educação em relação ao processo de medicalização da infância e adolescência, considerando as queixas escolares apresentadas por alunos, embasando-se nas considerações de artigos analisados. A metodologia caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura. A pesquisa se concentra em trabalhadores da educação, incluindo professores, diretores, orientadores educacionais e outros profissionais que atuam no ambiente escolar, como psicólogos. Foram inicialmente identificados 136 artigos relacionados à medicalização na infância e adolescência, sendo 124 deles excluídos por revisão bibliográfica, temas não relacionados ou duplicidades, resultando na seleção de 12 artigos para leitura. Identificou-se 3 artigos que não atendiam aos critérios de inclusão, resultando na seleção final de 9 artigos para a revisão. A escola é vista como um espaço onde as crianças têm seu primeiro contato com grupos diversos, indo além das fronteiras familiares. No entanto, identifica-se que a escola frequentemente encaminha alunos para serviços de saúde, incluindo o uso de medicação, devido à insegurança dos educadores em lidar com alunos que fogem ao padrão esperado. Os resultados apontam para a necessidade de uma abordagem mais holística e contextualizada das dificuldades de aprendizagem, levando em consideração não apenas fatores individuais, mas também contextos familiares, sociais e educacionais. Além disso, destacam a importância da formação contínua dos educadores e da colaboração interdisciplinar entre profissionais da educação e da saúde para garantir que o foco se direcione não apenas para os aspectos individuais das crianças, mas também para o ambiente escolar e a qualidade das práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Medicalização. Infância. Adolescência. Educação. Queixas Escolares.

ABSTRACT

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia, da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Email: judi.rolimm@gmail.com

² Professora do Curso de Psicologia e Mestre em Saúde Coletiva, ambos pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Email: paolarodg@unesp.br

The objective of this study is to analyze the perception of education workers regarding the process of medicalization of childhood and adolescence, considering the school complaints presented by students, based on the considerations on the subject. The methodology used is characterized as an integrative literature review. The research focuses on education workers, including teachers, principals, educational counselors and other professionals who work in the school environment, such as psychologists. Initially, 136 articles related to medicalization in childhood and adolescence were identified, of which 124 were excluded due to bibliographic review, unrelated themes or duplications, resulting in the selection of 12 articles for reading. Another 3 articles were identified that did not meet the inclusion criteria, resulting in the final selection of 9 articles for the review. School is seen as a space where children have their first contact with diverse groups, going beyond family boundaries. However, it was identified that the school frequently refers students to health services, including the use of medication, due to the insecurity of educators in dealing with students who do not meet the expected standard. The results point to the need for a more holistic and contextualized approach to learning difficulties, taking into account not only individual factors, but also family, social and educational contexts. In addition, they highlight the importance of ongoing training for educators and interdisciplinary collaboration between education and health professionals to ensure that the focus is directed not only to the individual aspects of children, but also to the school environment and the quality of pedagogical practices.

Keywords: Medicalization. Childhood. Adolescence. Education. School Complaints.

1. INTRODUÇÃO

As concepções tradicionais sobre a infância e adolescência muitas vezes são influenciadas por estereótipos que não refletem a complexidade dessas fases de desenvolvimento. A infância, por exemplo, frequentemente é romantizada como um período de alegria e despreocupação. No entanto, Frota (2007, p. 145) ressalta que deve ser compreendida como uma experiência única e particular, influenciada por fatores sociais e culturais. Além disso, Joenk (2002, p. 2) fala sobre a teoria de Lev Vygotsky (1989, p. 33), que destaca que o desenvolvimento cognitivo da criança é fortemente influenciado pelo contexto sociocultural em que ela está inserida, enfatizando o papel das interações sociais e culturais nesse processo.

Quando se trata da adolescência, frequentemente é vista como uma fase problemática e desafiadora. Salles (2005, p. 36) afirma que a adolescência é uma fase de transição marcante e de grande importância para a formação da identidade e o desenvolvimento das habilidades cognitivas dos jovens. De acordo com Barbosa e Facci (2018, p. 51), a adolescência envolve uma reestruturação cognitiva, na qual os jovens buscam maior autonomia e independência em relação aos adultos. Experimentam diferentes identidades e ampliam suas perspectivas, um processo influenciado, igualmente, pelas interações sociais e pelo contexto cultural.

A escola é uma instituição social extremamente importante e fundamental na sociedade, além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral dos estudantes, também auxilia na

inserção social dos sujeitos. Isso se dá pelo fato de a escola ser um dos principais meio sociais frequentados pelos indivíduos além do âmbito familiar. Nesse sentido, fornece também a ação de socialização e primeiro contato das crianças e adolescentes com grandes grupos. Entende-se que é um espaço onde os indivíduos começam a ter as relações para além da família, ou seja, passam a conviver com pessoas de diferentes raças, cores, etnias, religiões, culturas (Silva e Ferreira, 2014, p. 7).

Baumgardt e Zardo (2016, p. 86) através de seus estudos questionam a implicação de uma evidente rotulação imprecisa e danosa de aspectos muito comuns da infância como algo patológico, pondo em risco o que é viver a infância e os direitos a ele concebidos. A saída que se propõe para “tratar” crianças que se insurgem em ambientes escolares, acaba sendo com o uso de medicações para, por exemplo, conter seus gritos e o que se considera inadequações.

Percebe-se uma falta de prudência ao atribuir uma “solução” única para as angústias, dificuldades e problemas humanos que, com o tempo ou por meio de experiências de vida, poderiam se resolver ou se amenizar de outras formas. Em contraste, o imediatismo das respostas vindas do saber médico, farmacêutico ou das instituições formativas tende a recorrer prontamente ao diagnóstico e ao “tratamento”, como se qualquer forma de sofrimento ou inadequação aos padrões impostos fosse um indício de “anormalidade”. Essa perspectiva reduz a complexidade dos desafios humanos a problemas clínicos, negligenciando abordagens mais compreensivas e contextuais que poderiam reconhecer e respeitar as nuances da experiência humana.

O estudo da medicalização da infância e adolescência precisa se expandir para incluir uma análise transdisciplinar que integre tanto a Psicologia quanto a Política. Essa abordagem crítica visa problematizar o papel da Psicologia em ambientes educacionais, onde práticas padronizadas muitas vezes perpetuam um status quo “sintomático”, restringindo possibilidades de mudança e reforçando sentidos previamente estabelecidos (Benevides e Passos, 2005, p. 390).

Desse modo, questões cotidianas do contexto escolar ganham dimensões maiores e com mais interferência de diversificados segmentos para então resolução destes ditos problemas. “O tratamento dado pela escola diante das insubordinações de seus alunos deixou de ser um “problema” a ser debatido entre a escola e a família visando uma possível saída, para se tornar responsabilidade dos saberes psiquiátricos” (Baumgardt e Zardo, 2016, p. 86).

A medicalização da sociedade é uma expressão que demonstra a tendência a se considerar as dificuldades da vida comuns como problemas médicos solucionáveis através de medicamentos. Isso é uma consequência do mito de que a farmacologia, apoiada na química, dispõe de pílulas e de métodos capazes de enfrentar, se não todas, a grande maioria das doenças e dos problemas cotidianos (Dantas, 2009. p. 569).

Na década de 1950, quando começou a ser empregado o uso dos psicotrópicos, pouco se sabia

sobre seus efeitos no cérebro. A teoria do desequilíbrio da dopamina veio após o início da constatação de que um dos efeitos destes medicamentos era de bloquear o sistema dopaminérgico. Vários mitos passaram a ser construídos com a lógica baseada nas premissas da teoria biológica para o sofrimento mental (Freitas e Amarante, 2017, p. 70).

Conforme contribuem Cardoso e Gonçalves (2020, p. 27), a psiquiatria adota a teoria dos desequilíbrios químicos de tal forma, que boa parte do saber psiquiátrico passa por uma mudança geral. Dessa forma, não somente a depressão, mas outras psicopatologias, sofrem uma reestruturação. Com a hipótese dos desequilíbrios químicos, juntamente com a possibilidade de um tratamento psicofarmacológico, os olhares sobre a depressão e outras psicopatologias puderam migrar do campo social/moral e passar para a biologia, além de contribuírem para a consolidação da psiquiatria como um saber científico, no formato de outras especialidades médicas. Nasce assim, um modelo que põe as psicopatologias em relação constante com os psicofármacos: ou seja, os transtornos mentais seriam resultado de um desequilíbrio neuroquímico que os antidepressivos poderiam reequilibrar.

Carvalho *et al.* (2015, p. 1257) salientam que em nome da produção de saúde, a medicina tornava-se um campo no qual especialistas portavam uma objetividade e uma moral supostamente neutras. Nesse contexto, o enfrentamento das doenças assumia ares de uma batalha moral, colocava a culpa ao indivíduo pelo seu próprio adoecimento. Tal crítica trazia à tona a expansão da jurisdição da profissão médica junto a domínios que se consideravam estranhos ao campo da saúde, tais como o espiritual, o moral, o legal e, por fim, o criminal. Problemas sociais passaram a ser cada vez mais medicalizados, ou seja, tomados sob a ótica da medicina como “doenças” a serem tratadas.

A medicina pode ser vista como uma estratégia de saber-poder que busca, através de sua prática e do conhecimento (pseudo) científico adquirido, estruturar um campo de ação na sociedade que opera sobre os mecanismos de produção de subjetividade dos indivíduos. Envolvendo, no mesmo processo, poderes, saberes e produção de subjetividade, conforme Carvalho *et al.* (2015, p. 1257).

Zorzanelli e Cruz (2018, p. 724) trazem a partir dos textos de Foucault sobre o tema, uma medicina social, que atinge o Estado, as cidades e a força de trabalho. Isso culmina em uma medicalização da sociedade, caracterizada pela sanitização pública, sendo esse o primeiro momento descrito por Foucault, em que a medicina se apropriou de diferentes aspectos da vida humana. Nesse sentido, a medicalização de que trata o autor é um dispositivo central do que se chamaria de nascimento do biopoder. O marcante na obra de Foucault é que não se limita a uma análise negativa ou positiva sobre a incidência do poder sobre a vida, pelo qual o fenômeno da medicalização se apresenta, mas evidencia um processo complexo considerando que múltiplos atores fazem parte.

Desse modo, muito facilmente a medicalização e os diagnósticos afetam e interferem em diversas áreas e campos do saber, e da vida num aspecto geral, incluindo a escola e os processos

educativos. “Não é incomum observar, nas unidades de saúde ou mesmo nas escolas, que o nome do paciente ou do aluno seja substituído por sua classificação diagnóstica – estranha nomeação dos indivíduos que põe em relevo o lugar que ocupam na escala normal” (Guarido, 2007, p 158).

Os autores Beltrame, Gesser e Souza (2019, p. 3) ainda alertam que o maior e principal problema é que esta epidemia de diagnósticos gera uma epidemia de tratamentos, e nem todos os tratamentos terão benefícios reais. Porém, podem ter prejuízos sérios, alguns podem levar tempo para serem mostrados e agravarem ainda mais a situação.

No ano de 2019 foi sancionada a Lei nº 13.935 que torna obrigatório que as redes públicas de educação básica contem com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. Estas equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais (Brasil, 2019, p. 1).

Martínez (2009, p. 170) destaca que a atuação da Psicologia no ambiente educacional é historicamente enraizada e se adapta conforme a evolução dos processos escolares. As mudanças no cenário educacional brasileiro, impulsionadas por fatores econômicos, políticos, culturais e históricos, realçam a necessidade dos psicólogos na educação. Entretanto, questiona-se: até que ponto a psicologia consegue evitar a reprodução da cultura da medicalização no contexto escolar? Será que a presença dos psicólogos é suficiente para confrontar essa realidade complexa?

O objetivo é captar como os trabalhadores da educação percebem a medicalização na infância e adolescência, analisando suas impressões sobre as queixas escolares e a relação com as dificuldades escolares. Além disso, investiga-se a interface entre psicologia e medicalização, destacando as contribuições dos achados contemporâneos na literatura para um debate crítico e fundamentado.

2. DESENVOLVIMENTO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que se destaca por ser uma das abordagens mais abrangentes entre as metodologias de revisão, permitindo a inclusão de diferentes tipos de estudos, tanto experimentais quanto não-experimentais, para alcançar uma visão holística do fenômeno em questão. Tem a capacidade de unir dados provenientes de literatura teórica e empírica, o que a torna uma ferramenta poderosa para explorar e sintetizar informações. Além disso, essa abordagem permite abordar uma diversidade de objetivos, como definir conceitos, revisar teorias existentes, avaliar evidências disponíveis e analisar problemas metodológicos relacionados a um tema específico. Por meio dessa combinação de propósitos e da análise de uma amostra diversificada, a

revisão integrativa proporciona um panorama mais robusto e esclarecedor sobre conceitos complexos e suas aplicações (Souza, Silva e Carvalho, 2010, p. 103). Sendo de abordagem qualitativa, como elaboração conceitual, trabalhadores da educação serão compreendidos como professores e professoras, profissionais atuantes nas coordenações pedagógicas, nas equipes diretivas, psicólogos, fonoaudiólogos e outros profissionais que podem compor equipes escolares.

Para tal, foram realizadas buscas nas bases de dados Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com os descritores “medicalização”, “infância e adolescência”, “educação”, “queixas escolares”. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos de língua portuguesa, com abordagem quantitativa e qualitativa, disponíveis nestas bases de dados publicados entre os anos de 2013 e 2022. Os critérios de exclusão foram: artigos que não apresentam conteúdo com o tema de estudo, revisões bibliográficas, teses e dissertações e artigos que não contenham a versão completa disponível.

Na intersecção entre os descritores, foram encontrados 136 artigos relacionados ao tema da medicalização, infância e adolescência, bem como suas relações com a educação e queixas escolares. Entre esses, 124 artigos foram excluídos por razões como se tratar de revisão bibliográfica, por abordarem discussões não diretamente relacionados ao tema da pesquisa, como altas habilidades, conselho tutelar e assistência social e, também, duplicidades. Assim, 12 artigos foram lidos na íntegra. Após leitura minuciosa, identificou-se outros 3 artigos que não estavam de acordo com os critérios de inclusão. Sendo assim, foram selecionados, 9 artigos, conforme fluxograma descritor apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Fluxograma descritor da revisão integrativa



Fonte: Autoras (2023)

Após a compilação dos dados dos estudos selecionados, foi realizada análise dos materiais. Assim, foram destacados os aspectos principais e características dos estudos, buscando pontos em comum, divergências e questões gerais sobre o tema. Na Tabela 1, são apresentados os principais aspectos dos artigos selecionados.

Tabela 1. Principais detalhes dos artigos selecionados

Referência Bibliográfica	Ano	Título	Objetivo	Resultados
CAVALCANTE, Lorena de Almeida; AQUINO, Fabiola de Sousa Braz	2013	"Ações de psicólogos escolares de João Pessoa sobre queixas escolares"	Investigar as ações de psicólogos escolares em relação às queixas escolares em João Pessoa.	Diversidade de queixas escolares, com foco em problemas de comportamento e aprendizagem dos alunos. As causas atribuídas variaram entre escolas públicas e privadas, com destaque para a dinâmica familiar. Os profissionais tendem a adotar abordagens tradicionais, negligenciando o trabalho interdisciplinar. O papel do psicólogo escolar foi discutido como promotor de relações interpessoais e do processo de ensino-aprendizagem.
CHIODI, Cinthia da Silva; FACCI, Marilda Gonçalves Dias	2013	"O processo de avaliação psicológica no estado do Paraná"	Analizar o processo de avaliação psicológica no estado do Paraná.	Foram analisados 36 relatórios de encaminhamento de alunos da 5 ^a à 8 ^a série para a Sala de Recursos. A maioria dos psicólogos (93,44%) utiliza testes de inteligência, mas também incorpora observações e análise das atividades escolares para uma avaliação mais abrangente.
CORD, Denise; GESSER, Marivete; NUNES, Alana de Siqueira Branis; STORTI, Moysés Martins Tosta	2015	"As significações de profissionais que atuam no Programa Saúde na Escola (PSE) acerca das dificuldades de aprendizagem: patologização e medicalização do fracasso escolar"	Explorar as significações de profissionais que atuam no Programa Saúde na Escola em relação às dificuldades de aprendizagem e sua relação com a medicalização.	Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e gravadas. Os entrevistados atribuem as dificuldades de aprendizagem principalmente a famílias pobres ou desestruturadas e a problemas individuais do aluno. O papel das práticas pedagógicas e políticas educacionais é menos enfatizado. Isso indica uma visão limitada do Programa de Saúde Escolar (PSE), que é visto principalmente como uma abordagem de diagnóstico e medicalização, refletindo uma compreensão simplista do problema.
COSTA, Tatiane dos Santos; DAMASCENO, Monica de Araújo; FONSECA, Thaisa da Silva; NEGREIROS, Fauston	2019	"Papel do professor face à medicalização: estudo exploratório no território brasileiro"	Realizar um estudo exploratório sobre o papel dos professores em relação à medicalização no contexto brasileiro.	A pesquisa contou com a participação de 563 professores de diferentes idades e regiões do Brasil. Foram analisadas 502 respostas, resultando em duas classes de palavras. A primeira classe (60,96%) indicou a crença dos professores de que não medicam, logo não contribuem para a medicalização. A segunda classe (39,04%) destacou que os professores se veem capazes de identificar e resolver problemas de comportamento e aprendizagem. Esses resultados

				apontam para a crença dos professores em sua habilidade de abordar questões de aprendizagem, mas também sugerem a necessidade de considerar o contexto da medicalização.
CRUZ, Murilo Galvão Amancio; OKAMOTO, Mary Yoko; FERRAZZA, Daniele de Andrade	2016	"O caso Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise a partir do relato de pais e professores"	Analizar o caso do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e sua relação com a medicalização da educação a partir dos relatos de pais e professores.	A pesquisa destaca que, apesar dos relatos de pais e professores de ineficácia da medicação, a busca por soluções rápidas é prevalente diante das dificuldades das crianças. As dificuldades são frequentemente atribuídas unicamente às crianças, ignorando fatores não orgânicos, como problemas políticos, econômicos e sociais no sistema educacional. Essa abordagem medicalizante reduz a compreensão das dificuldades dos alunos a diagnósticos de doenças, desconsiderando as influências complexas das relações familiares, escolares e sociais.
FONSECA, Débora Cristina; MALDONADO, Paula Emmerich	2020	"Distúrbios de aprendizagem e fracasso escolar na visão de professores e licenciandos"	Investigar a visão de professores e licenciandos sobre distúrbios de aprendizagem e fracasso escolar.	Os resultados apontam para a confusão de termos como "distúrbios", "problemas" e "dificuldades" de aprendizagem, usados de forma intercambiável por professores e estudantes. Além disso, revelam despreparo para fazer diagnósticos, com a crença de que outros profissionais são mais qualificados, frequentemente recorrendo à medicação como solução. Esses resultados destacam a necessidade de investigações mais profundas sobre o cotidiano escolar, incluindo o ensino e a crescente medicalização de crianças e adolescentes.
GONÇALVES, Maria Rozinetti; GUALTIERI, Regina Cândida Ellero	2019	"Encaminhamentos escolares na rede de representações de educadores e profissionais da saúde"	Analizar os encaminhamentos escolares na rede de representações de educadores e profissionais da saúde.	Os resultados indicam que a escola costuma encaminhar alunos que não se ajustam ao padrão de desempenho ou comportamento esperado. Isso, apesar de parecer desresponsabilização, resulta em culpar alunos e famílias pelas dificuldades escolares. Tanto a escola quanto o centro de saúde demonstram insatisfação mútua, com educadores e profissionais de saúde tendo restrições ao trabalho uns dos outros e desconhecendo como integrar

				seus conhecimentos para resolver os encaminhamentos escolares.
RIBEIRO, Erilza Faria; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade	2020	"Estudo sobre a prática docente frente à medicalização da aprendizagem"	Realizar um estudo sobre a prática docente em relação à medicalização da aprendizagem.	Como alternativa à tendência de medicalização nas escolas, foi identificado a importância de adotar uma abordagem mais subjetiva e flexível por meio do exercício do ensino. Isso envolve uma presença próxima e a ampliação das oportunidades de ensino e aprendizagem, ao invés de interpretar os alunos com base em padrões padronizados. Em vez disso, busca-se compreender a singularidade de cada aluno e criar circunstâncias que favoreçam o aprendizado.
SODRÉ, Euristela Barreto; SOUSA, Lucivanda Cavalcante Borges de; CABRAL, Barbara Eleonora Bezerra	2021	"Queixa escolar: uma análise dos encaminhamentos de alunos aos serviços de saúde"	Analizar a queixa escolar e os encaminhamentos de alunos aos serviços de saúde.	Nas entrevistas, a concepção predominante é que as questões educacionais e familiares/sociais são as principais justificativas para os problemas de aprendizagem das crianças. Os resultados da análise revelam que educadores de Atendimento Educacional Especializado (A.E.E) atendem crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades. Além disso, crianças com problemas de aprendizado ou comportamento também são encaminhadas para avaliação. Os resultados destacam a complexa dinâmica de encaminhamentos e atendimentos em escolas e serviços de saúde.

Fonte: Autoras (2023)

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os estudos selecionados exploram uma temática relevante e desafiadora no campo da educação e da saúde, relacionada à questão da medicalização na escola e às práticas de encaminhamento de crianças com dificuldades de aprendizagem. Ao longo dos anos, a medicalização tem se revelado uma preocupação crescente, levantando questões sobre a compreensão e o tratamento de dificuldades de aprendizagem e comportamentais, e o papel dos profissionais e das instituições da saúde e da educação. A distribuição geográfica diversificada das pesquisas demonstra a importância de compreender as especificidades regionais na área de psicologia escolar e educação, considerando as nuances e desafios enfrentados por educadores e psicólogos em diferentes partes do Brasil.

A medicamentalização é um conceito importante e distintivo dentro do contexto da medicalização. Enquanto a medicalização se refere ao processo de considerar problemas sociais, comportamentais ou emocionais sob uma perspectiva médica e atribuir diagnósticos médicos e

tratamentos farmacológicos a questões que podem ter raízes mais amplas na sociedade ou em outros fatores não médicos, a medicamentalização enfatiza especificamente o uso excessivo de medicamentos como a abordagem predominante para lidar com questões comportamentais e de saúde mental (Zorzanelli e Cruz, 2018, p. 723).

Esse conceito destaca a tendência de recorrer rapidamente a tratamentos farmacológicos, muitas vezes em detrimento de abordagens psicossociais ou educacionais que podem ser mais apropriadas e eficazes. É particularmente relevante quando se discute a prescrição excessiva e a dependência de medicamentos como respostas simplistas para questões complexas relacionadas à educação e à saúde mental de crianças e adolescentes. Autores como Cruz, Okamoto e Ferrazza (2016, p. 705) abordam essa preocupação ao analisar o impacto do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) quando abordado a partir da educação.

Em um contexto analisado por Gonçalves e Gualtieri (2019, p. 4), os entrevistados concordaram que a escola muitas vezes encaminha alunos para serviços especializados, incluindo o uso de medicação, devido à necessidade de ajuda. Isso ocorre porque muitos educadores se sentem inseguros em lidar com crianças cujo ou comportamento não se enquadram no padrão esperado. Essa insegurança não parece ser uma questão de "desincumbência profissional", mas sim um reflexo da cultura escolar que enfatiza a implementação de um currículo comum para todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais.

Essa dinâmica revela a necessidade de capacitar melhor os educadores para atender à diversidade de necessidades dos alunos e repensar a abordagem pedagógica, de forma a garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo, sem recorrer precipitadamente à medicação como solução (Gonçalves e Gualtieri, 2019, p. 8).

Os relatos dos pais e professores enfatizam a emergência das dificuldades no ambiente escolar, muitas vezes resultando na busca por soluções terapêuticas imediatas ao identificar um problema. Essa realidade reforça a importância de contemplar não apenas diagnósticos e tratamentos medicamentosos, mas também abordar questões socioeconômicas, políticas e pedagógicas dentro do contexto educacional. Essa abordagem ampla e contextualizada socialmente é fundamental para compreender as dificuldades de comportamento e aprendizagem na infância, evidenciando a interconexão entre aspectos sociais, históricos e culturais que permeiam essas questões (Cruz, Okamoto e Ferrazza, 2016, p. 712).

Vale destacar que, mesmo quando os professores não observam melhorias no comportamento das crianças medicadas, o uso de medicamentos persiste, evidenciando a influência do saber psiquiátrico na escola e a desvalorização do papel dos pais e professores na promoção do bem-estar das crianças (Cruz, Okamoto e Ferrazza, 2016, p. 711). O desafio do enfrentamento a medicalização

na educação requer uma abordagem interdisciplinar e sensível, na qual a colaboração entre os campos da saúde e da educação desempenha um papel crucial. A promoção da singularidade de cada estudante e a valorização do papel dos professores na compreensão das dificuldades de aprendizagem são aspectos fundamentais no caminho em direção a práticas educacionais mais inclusivas e eficazes.

A análise dos impactos sociais e educacionais da medicalização da infância e adolescência compreende as consequências mais amplas desse fenômeno na sociedade numa relação dialética com as instituições educacionais. É possível refletir sobre os impactos sociais e educacionais da medicalização, considerando questões como estigmatização, acesso à educação inclusiva e o papel da escola na formação de crianças e adolescentes (Cruz, Okamoto e Ferrazza, 2016, p. 710).

Essa lógica pode contribuir para a estigmatização de crianças e adolescentes que recebem diagnósticos médicos e são medicadas para questões de aprendizagem e comportamento. O rótulo de "doença" ou "transtorno" pode levar à estigmatização e ao preconceito por parte dos colegas, professores e até mesmo dos próprios estudantes, afetando sua autoestima e integração social (Sodré, Sousa e Cabral, 2021, p. 46).

A busca por soluções médicas para problemas educacionais pode desviar a atenção das estratégias pedagógicas inclusivas que valorizam a diversidade de habilidades e necessidades dos alunos. Isso pode resultar em um sistema educacional que não atende adequadamente às necessidades de crianças e adolescentes com diferentes perfis de aprendizagem. A discussão sobre como promover práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades na educação (Gonçalves e Gualtieri, 2019, p. 4).

As pesquisas destacam a necessidade premente de uma abordagem mais ampla e contextualizada em relação aos desafios de comportamento e aprendizagem das crianças, transcendendo a análise de fatores puramente individuais e considerando os aspectos sociais, emocionais e educacionais que desempenham papéis cruciais nesse cenário. Reconhece-se que a atribuição simplista de causas apenas individuais pode não só falhar na busca por soluções eficazes, mas também agravar os problemas identificados.

A análise das queixas escolares e das dificuldades de aprendizagem é um aspecto central na compreensão do processo de medicalização da infância e adolescência. Essas queixas escolares englobam uma variedade de desafios acadêmicos e comportamentais que são observados pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação e podem desencadear a busca por intervenções médicas, para os estudantes. Entre as principais dificuldades de aprendizagem que merecem destaque no contexto da medicalização estão o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a dislexia, mas também outras condições relacionadas às dificuldades de aprendizagem podem ser relevantes (Cruz, Okamoto e Ferrazza, 2016, p. 705; Cord *et al.*, 2015, p. 42).

É importante ressaltar que as queixas escolares podem ser multifacetadas e variar de um aluno para outro. Muitas vezes, a busca por soluções médicas ocorre quando os trabalhadores da educação enfrentam dificuldades em atender às necessidades educacionais dos alunos, o que pode levar a uma abordagem medicalizada (Ribeiro e Rodrigues, 2020, p. 7). Os autores Fonseca e Maldonado (2020, p. 98) reforçam que existe o despreparo de muitos professores para lecionar para os alunos que apresentam alguma dificuldade e por isso buscam auxílio de profissionais externos e capacitados para atender essa demanda.

Segundo Cavalcante e Aquino (2013, p. 360), pesquisas realizadas abordaram as percepções e práticas de profissionais da educação e da psicologia em relação às queixas de aprendizagem, revelando uma série de tendências notáveis. Em muitos casos, as causas dessas queixas foram associadas à dinâmica familiar dos alunos, com diferenças significativas entre escolas públicas municipais, estaduais e privadas. Entretanto, essa atribuição de causas frequentemente simplifica a complexidade subjacente aos desafios de aprendizagem.

Os resultados apontam para uma tendência à compreensão das dificuldades de aprendizagem como decorrentes principalmente de contextos familiares empobrecidos ou disfuncional, bem como de problemas individuais dos alunos (Cord *et al.*, 2015, p. 45). Essa perspectiva pode levar a uma visão reducionista dos problemas de aprendizagem. Outro ponto relevante identificado nas pesquisas é à atribuição de causas biológicas para as dificuldades de aprendizagem, mesmo na ausência de evidências científicas para tais diagnósticos (Fonseca e Maldonado, 2020, p. 99). Essas práticas muitas vezes não se baseiam em diagnósticos rigorosos, mas em interpretações de senso comum.

A medicalização pode criar a expectativa de que os problemas de aprendizagem e comportamento sejam resolvidos por intervenções médicas, desvinculando a escola de sua responsabilidade na promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Isso pode impactar negativamente o ambiente escolar, tornando-o mais focado na correção de "defeitos" individuais do que na promoção do crescimento acadêmico e social (Cord *et al.*, 2015, p. 49).

A categorização dessas crianças por meio de diagnósticos médicos frequentemente reduz suas possibilidades de existência, limita seus relacionamentos e influencia negativamente o processo de ensino (Ribeiro e Rodrigues, 2020, p. 6). Essa abordagem pode impedir que as crianças recebam a atenção e o suporte necessários para alcançar seu potencial.

Revisando as leituras dos artigos pesquisados, os resultados sugerem que os participantes reconhecem que problemas relacionados à educação, questões familiares e sociais frequentemente são fatores contribuintes para as dificuldades de aprendizagem das crianças, e o encaminhamento para serviços de saúde é uma alternativa, embora não a ideal, para avaliação e intervenção (Sodré, Sousa e Cabral, 2021, p. 51).

Professores desempenham um papel essencial no processo de identificação e gestão das dificuldades de aprendizagem e comportamentais de seus alunos. Muitas vezes, eles enfrentam um dilema complexo ao lidar com queixas escolares, pois podem reconhecer dificuldades legítimas que afetam o desempenho acadêmico e o bem-estar dos alunos.

Ao analisar as respostas dos professores, a pesquisa identificou que muitos deles compartilham crenças que podem contribuir para o processo de medicalização (Costa *et al.*, 2019, p. 93). Isso evidencia uma percepção comum entre os professores de que podem diagnosticar esses problemas e que encaminhar os alunos para intervenções de saúde faz parte de seu papel. Essas descobertas são significativas, pois indicam a persistência de visões reducionistas e patologizantes, que seria classificar como doentio, em relação ao fracasso escolar, em vez de uma abordagem mais ampla e inclusiva que leve em consideração fatores contextuais, práticas pedagógicas e a necessidade de melhorias no sistema educacional.

Além disso, psicólogos desempenham um papel fundamental na compreensão do processo de patologização e medicalização da infância e adolescência, especialmente no que se refere às queixas escolares apresentadas por alunos. Sua ênfase recai na importância de considerar o contexto escolar, as práticas em sala de aula e as políticas educacionais. Os autores argumentam que a compreensão das fases de infância e adolescência deve ir além de uma abordagem tecnicista de diagnóstico unidimensional, promovendo a ideia de que essas fases são únicas na vida das crianças, moldadas por interações sociais e culturais complexas (Costa *et al.*, 2019, p. 90).

Em relação aos psicólogos, no estudo de Cavalcante e Aquino (2013, p. 361), as descobertas revelam que cerca de 60% dos entrevistados não possuíam formação específica em psicologia escolar/educacional, o que suscita preocupações sobre o possível impacto de suas práticas nesse campo. Isso sugere uma lacuna na formação desses profissionais em relação à psicologia escolar, o que pode influenciar a qualidade das intervenções que oferecem aos alunos.

Os psicólogos de escolas públicas, quando há, observaram que, em muitos casos, as famílias dos estudantes recorriam ao uso de psicofármacos como resposta às dificuldades de aprendizagem. Eles descreveram essas famílias como enfrentando desafios produzidos na estrutura social, como condições financeiras precárias, envolvimento com drogas e prostituição, e a falta de referências sólidas ou valores sólidos. Esses fatores frequentemente levavam à busca de soluções medicamentosas para os problemas de aprendizagem (Cavalcante e Aquino, 2013, p. 358).

Por outro lado, os psicólogos de escolas privadas destacaram que as famílias costumavam ser ausentes devido a compromissos de trabalho excessivos ou porque não incentivavam ativamente as crianças a se envolverem nas atividades escolares. Nesse contexto, também era comum que o uso de psicofármacos fosse considerado como uma possível solução para os desafios de aprendizagem

(Cavalcante e Aquino, 2013, p. 358).

Equipes envolvidas, como profissionais de saúde e pais, também desempenham papéis significativos na questão da medicalização na infância e adolescência. Profissionais de saúde podem ser os responsáveis por buscar soluções terapêuticas rápidas para crianças com dificuldades de aprendizagem. Por outro lado, os pais podem recorrer à palavra final de especialistas em busca de respostas e soluções. No entanto, essas equipes também podem ter suas próprias preocupações, especialmente relacionadas aos possíveis efeitos dos medicamentos e à estigmatização. A partir da visão dos autores (Costa *et al.*, 2019, p. 96; Cruz, Okamoto e Ferrazza, 2016, p. 705; Ribeiro e Rodrigues, 2020, p. 7) influenciada por saberes médicos, mas também reconhecem a responsabilidade coletiva na formação dos alunos como cidadãos.

Conforme Cord *et al.* (2015, p. 47), a partir de entrevistas com profissionais da área da saúde, evidenciaram que a abordagem das dificuldades de aprendizagem frequentemente prioriza a responsabilização da família, do aluno e, eventualmente, dos profissionais da escola. Essas perspectivas variadas enfatizam a complexidade da questão da medicalização na infância e adolescência, ressaltando a necessidade de diálogo interdisciplinar e a importância de buscar alternativas que valorizem a singularidade de cada estudante. A avaliação psicológica é fundamental no diagnóstico e tratamento de problemas de aprendizagem e comportamento em crianças e adolescentes. Psicólogos escolares e clínicos utilizam testes, entrevistas e observações para identificar necessidades e guiar intervenções educacionais e terapêuticas (Cord *et al.*, 2015, p. 49).

A interface entre a psicologia e a crítica à medicalização da infância e adolescência é uma área complexa e relevante (Sodré, Sousa e Cabral, 2021, p. 51). O trabalho do psicólogo na escola deve ser colaborativo com a equipe, evitando atuações isoladas. A psicologia contribui para análises críticas sobre processos de aprendizagem, considerando fatores como pobreza, racismo e discriminação (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 1).

O entendimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) como um meio para enfrentar as dificuldades de aprendizagem é um aspecto relevante ressaltado no estudo realizado por Cord *et al.* (2015, p. 43). Esta pesquisa destaca a importância de capacitar educadores e profissionais de saúde para uma compreensão ética e política das dificuldades de aprendizagem. Além disso, enfatiza a necessidade de considerar o contexto escolar, as práticas em sala de aula e as políticas educacionais como parte fundamental do processo de compreensão.

Outro estudo conduzido por Sodré, Sousa e Cabral (2021, p. 51) destaca a importância do diálogo interdisciplinar e crítico entre os campos da saúde e da educação como uma maneira de buscar soluções mais abrangentes para as dificuldades de aprendizagem. Além disso, ressalta a necessidade de fortalecer os princípios da psicologia escolar e educacional crítica no ambiente acadêmico e na

prática profissional.

A discussão sobre os impactos sociais e educacionais da medicalização da vida também deve levar em consideração as desigualdades socioeconômicas e culturais. Nem todas as crianças têm acesso igual aos serviços de saúde e educação, e poucas têm acesso à serviços de educação e de saúde com qualidade. Isso resulta em disparidades no diagnóstico e tratamento médico e na manutenção e alargamento das desigualdades sociais. É fundamental analisar como essas desigualdades podem ampliar ainda mais as lacunas educacionais e sociais (Ribeiro e Rodrigues, 2020, p. 4).

A chave para abordar essas questões diagnósticas pode residir em uma abordagem equilibrada que considere não apenas o uso de psicofármacos como uma solução, mas também alternativas como apoio psicossocial e abordagens pedagógicas diferenciadas. A compreensão aprofundada desses diagnósticos e sua relação com a medicalização é fundamental para garantir que crianças e adolescentes recebam a assistência necessária sem riscos de excessos na prescrição de medicamentos.

A análise dos impactos sociais e educacionais da medicalização da infância e adolescência, conforme discutida por Cruz, Okamoto e Ferrazza (2016, p. 705), Sodré, Sousa e Cabral (2021, p. 49), Gonçalves e Gualtieri (2019, p. 8), Cord *et al.* (2015, p. 45), Ribeiro e Rodrigues (2020, p. 7), e Cavalcante e Aquino (2013, p. 360), destaca a complexidade desse fenômeno. A medicalização da vida na educação de crianças e adolescentes pode, por um lado, levar à estigmatização dos alunos, ao desvio do foco de práticas pedagógicas inclusivas e ao desengajamento da escola em sua função de promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Os estudos realizados sobre a medicalização da infância e adolescência abordam as complexidades desse fenômeno. Eles enfatizam que a medicalização vai além de meras considerações médicas, mas afetam diretamente os âmbitos educacionais, sociais e culturais na forma como crianças e adolescentes serão vistos e tratados nessas fases do desenvolvimento. A análise desses estudos ressalta a ênfase na intervenção médica como resposta primordial para uma variedade de questões comportamentais, emocionais e educacionais, o que tem implicações significativas para o bem-estar, a educação e a saúde a longo prazo dessa faixa etária.

Estudos destacam ainda, que o aumento das taxas de uso de psicofármacos é um fenômeno multifacetado, relacionado a diversos fatores interdependentes. Isso inclui os avanços na compreensão de transtornos mentais e neuropsiquiátricos, que levam a um aumento na identificação e prescrição de medicamentos. As pressões educacionais, como o foco constante em alto desempenho acadêmico e a busca por padrões comportamentais "normais", também contribuem para a medicalização como solução rápida para questões de aprendizagem e comportamento.

Além disso, os interesses do complexo médico industrial desempenham um papel significativo, promovendo medicamentos como soluções convenientes para pais e educadores. Os

estudos também destacam a importância da percepção dos profissionais da Educação, que muitas vezes identificam dificuldades nos alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos estudos dessa revisão integrativa da literatura, fica evidente o aumento significativo de encaminhamentos de estudantes para serviços de saúde e o subsequente aumento de diagnósticos e prescrições de medicamentos; esses, são indicativos de uma crescente medicalização da infância e da adolescência. Este fenômeno não se restringe ao campo da saúde, mas também impacta o ambiente escolar, afetando a dinâmica da sala de aula e o desenvolvimento dos alunos, bem como das famílias e comunidades.

Os resultados desta pesquisa destacam a necessidade de uma abordagem mais contextualizada acerca das dificuldades de aprendizagem e do comportamento dos estudantes. Os trabalhadores da educação precisam considerar não apenas e prioritariamente os fatores individuais, mas devem se ocupar de refletir os contextos familiares, sociais e educacionais que podem influenciar o desempenho e o bem-estar das crianças e adolescentes. Além disso, a formação contínua dos educadores e a colaboração interdisciplinar entre profissionais da educação e da saúde são cruciais para garantir que o foco se direcione não apenas para os aspectos individuais das crianças, mas também para o ambiente escolar e a qualidade das práticas pedagógicas.

Este estudo destaca a importância de repensar, continuamente, as abordagens atuais em relação à medicalização na infância e adolescência. Isso se deve à falta de unanimidade sobre o tema, uma vez que a visão sobre a medicalização, fundamentada no modelo biomédico, frequentemente ressurge sob diferentes perspectivas por meio de uma ressignificação do conceito. Em vez de buscar soluções rápidas baseadas em medicamentos, é crucial promover uma compreensão mais profunda das causas subjacentes das queixas escolares e implementar estratégias mais amplas que considerem o bem-estar global dos alunos. Essa abordagem não apenas beneficia as crianças e adolescentes, mas também contribui para a criação de um ambiente escolar mais saudável e adequado, onde a educação possa ter um papel significativo no desenvolvimento integral dos jovens.

Adicionalmente, investigações que analisem o impacto da medicalização na autonomia e na qualidade de vida desses indivíduos, bem como sua relação com a estigmatização e discriminação, podem fornecer reflexões para o desenvolvimento de abordagens mais centradas nos estudantes. Além disso, estudos comparativos entre países podem revelar as influências culturais e políticas nas taxas de medicalização e apontar diretrizes para políticas públicas mais eficazes e equitativas. Essas investigações são essenciais para avançar no entendimento da complexa interação entre saúde,

educação e desenvolvimento de crianças e adolescentes, visando a promoção de abordagens mais sustentáveis e eficazes.

Este estudo deixa como contribuição para futuras pesquisas a ênfase na necessidade de uma análise mais profunda da medicalização da infância e adolescência, especialmente em relação ao impacto dessa prática na autonomia e qualidade de vida de crianças e adolescentes, e em como ela pode estar relacionada à estigmatização e discriminação. Com isso, futuros estudos podem avançar na compreensão da complexa interação entre saúde, educação e desenvolvimento, promovendo estratégias complexas e sustentáveis para o bem-estar das crianças e adolescentes.

5. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Luciana Mara Tachini; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Contribuições da psicologia histórico-cultural para o ensino médio: conhecendo a adolescência.

Psicologia da Educação, n. 47, p.47-55, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2175-35202018000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 jun 2023.

BAUMGARDT, Jocimara Lopes; ZARDO, Priscilla Lechinewski Gouveia. A medicalização dos afetos: a ritalinização da infância e as implicações aos direitos da infância e adolescência. **Cadernos da Escola de Direito**, v. 3, n. 26, p. 81-94, 2016. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3055>>. Acesso em: 02 junho 2023.

BELTRAME, Rudinei Luiz; GESSER, Marivete; SOUZA, Simone Vieira de. Diálogos sobre medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, v.24, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/3JxP7Jzq5JCwpN76rQFwVDp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 maio 2023.

BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. Humanização na saúde: Humanização na saúde: um novo modismo? Humanização na saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 389-406, ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/qgwhN4TZKY5K3LkPfVRbRQK/#>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Lei Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm>. Acesso em: 24 junho 2023.

CARDOSO, Artur Junior Santos; GONÇALVES, Lucas Rocha. Para além das explicações biológicas: Reflexões filosóficas acerca da depressão e do sofrimento do sujeito do desempenho. **Revista Apoena-Periódico dos Discentes de Filosofia da UFPA**, v. 2, n. 3, p. 22-42, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/apoena/article/view/11476>>. Acesso em: 01 junho 2023.

CARVALHO, Sérgio R. *et al.* Medicalização: uma crítica (im) pertinente? Introdução. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 25, p. 1251-1269, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/phyisis/a/mW8FpY6CwpWrPGVLPbCxBQq/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 01 junho 2023.

CAVALCANTE, Lorena de Almeida; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Ações de psicólogos escolares de João pessoa sobre queixas escolares. **Psicologia em Estudo**, Paraíba, v. 2, n. 18, p. 353-362, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/dypZL3xpYQnW3FD7t8VGzwC/#>. Acesso em: 24 out. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. CFP. 2^a. ed. Brasília: CFP, 2019. 67 p. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologos-na-educacao-basica/>. Acesso em: 21 maio 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Subsídios para a campanha Não à Medicalização da Vida – Medicalização da Educação**. 2013. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/subsídios-para-a-campanha-nao-a-medicalizacao-da-vida-medicalizacao-da-educacao/>>. Acesso em 21 maio 2023.

CORD, Denise; GESSER, Marivete; NUNES, Alana de Siqueira Branis; STORTI, Moysés Martins Tosta. As Significações de Profissionais que atuam no Programa Saúde na Escola (PSE) Acerca das Dificuldades de Aprendizagem: Patologização e Medicalização do Fracasso Escolar. **Psicologia: ciência e Profissão**, Santa Catarina, v. 1, n. 35, p. 40-53, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/7G9nyym6hrKYRzFt75Rghb/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 out. 2023.

COSTA, Tatiane dos Santos; DAMASCENO, Monica de Araújo; FONSECA, Thaisa da Silva; NEGREIROS, Fauston. Papel do professor face à medicalização: estudo exploratório no território brasileiro. **Psicologia e Educação**, São Paulo, p. 89-97, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-69752019000200010. Acesso em: 24 out. 2023.

CRUZ, Murilo Galvão Amancio; OKAMOTO, Mary Yoko; FERRAZZA, Daniele de Andrade. O caso Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise a partir do relato de pais e professores. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Piauí, p. 703-714, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/8wZkDY9NRYkHMRMtrwRw5gc/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 out. 2023.

DANTAS, Jurema Barros. Tecnificação da vida: uma discussão sobre o discurso da medicalização da sociedade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, p. 563-580, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/FwQmjZxb8Yz4KdPdNpwQkM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 maio 2023.

FONSECA, Débora Cristina; MALDONADO, Paula Emmerich. Distúrbios de aprendizagem e fracasso escolar na visão de professores e licenciandos. **Psicologia da Educação**, São Paulo, p. 94-103, jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752020000100010. Acesso em: 24 out. 2023.

FREITAS, Fernando; AMARANTE, Paulo. **Medicalização em psiquiatria**. Editora FIOCRUZ,

2017.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 7, n. 1, p. 147-160, 2007. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844613015.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2023.

GONÇALVES, Maria Rozineti; GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. Encaminhamentos escolares na rede de representações de educadores e profissionais da saúde. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, p. 1-10, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/HWmgxtPPffdvJP8THnJyd5b/#>. Acesso em: 24 out. 2023.

GUARIDO, Renata. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação. **Educação e pesquisa**, v. 33, p. 151-161, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/mJ9399fTm597mJXRgPhVNkf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 02 junho 2023.

JOENK, InheloraKretzschmar. Uma Introdução ao Pensamento de Vygotsky AnIntroductiontotheThoughtof Vygotsky. **Revista Linhas**, v. 3, n. 1, 2002. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1276>>. Acesso em 14 jun 2023.

MARQUES, Anaguiza, COSTA, Mariana. **Diálogos sobre a medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura**. Vol 3, nº 4, 2021. Disponível em: <<https://novomilenio.br/wp-content/uploads/2021/09/DIALOGOS-SOBRE-MEDICALIZACAO-DA-INFANCIA-EDUCACAO-UMA-REVISAO-DELITERATURA.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2023.

MARTINEZ, Albertina Mitjáns. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, p. 169-177, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/HCbNpr4B5TyFBsPRdtgs3Yn/?lang=pt>>. Acesso em 06 maio 2023.

RIBEIRO, Erilza Faria; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. "Estudo sobre a prática docente frente à medicalização da aprendizagem. **Psicologia Escolar e Educacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-8, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/FyLyK3wT6YLd5RTzfnQHjds/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SALLES, Leila Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 22, p. 33-41, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/p6nq9YHw7XT7P7y6Mq4hw3q/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 04 maio 2023.

SILVA, Luis Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. **Projeção e docência**, v. 5, n. 2, p. 06-23, 2014. Disponível em: <<https://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/415>>. Acesso em: 06 maio 2023.

SODRÉ, Euristela Barreto; SOUSA, Lucivanda Cavalcante Borges de; CABRAL, Barbara Eleonora Bezerra. Queixa escolar: uma análise dos encaminhamentos de alunos aos serviços de saúde. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 44-53, jun. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752021000100005. Acesso em: 24 out. 2023.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 102-106, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt#>. Acesso em: 18 nov. 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira; CRUZ, Murilo Galvão Amâncio. O conceito de medicalização em Michel Foucault na década de 1970. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, p. 721-731, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/nmQnN5Q5RpqPWrDj5vHjwCf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 02 junho 2023.